



O NOVO NORTE
PROGRAMA OPERACIONAL
REGIONAL DO NORTE

Eixo Prioritário III
Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

**Gestão Activa de Espaços Protegidos e
Classificados**

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO

Aplicáveis no âmbito da selecção de candidaturas ao Concurso
GAEPC/01/2009



Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

Critérios de Avaliação de Mérito

Em conformidade com o determinado no Aviso de Abertura do Concurso GAEPC/01/2009 são estabelecidas:

- a) A ponderação e explicitação dos critérios e dos parâmetros de avaliação de mérito para as candidaturas submetidas a concurso no âmbito do Aviso GAEPC/01/2009;
- b) O glossário de termos.

PONDERAÇÃO E EXPLICITAÇÃO DOS CRITÉRIOS E DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO PARA AS CANDIDATURAS SUBMETIDAS A CONCURSO NO ÂMBITO DO AVISO GAEPC/01/2009

Os critérios e parâmetros são apresentados no quadro seguinte com a devida ponderação para o cálculo final da avaliação de mérito.

Critério	Parâmetro	Ponderação/ Avaliação de Mérito	
		parâmetro	critério
A - Contribuição para os objectivos do PO, respectivos indicadores e categorização de despesas earmarking	A.1 - Natureza das intervenções de gestão activa enquadradas nos Planos de Acção e Execução dos IGT, ITI ou de outros instrumentos de natureza voluntária	60%	0,15
	A.2 - Contributo para despesas de earmarking ao abrigo do código 61 das operações integradas nas áreas classificadas da RFCN previstas no aviso	40%	
B - Contribuição para a promoção da conservação dos valores naturais em áreas classificadas ou em territórios que interferem directamente com a integridade daquelas áreas e com o estado de conservação dos valores naturais delas dependentes	B.1 - Incidência em municípios com pesos distintos de solo rural na área total concelhia	40%	0,25
	B.2 - Nível de contributo das acções para a conservação dos valores naturais	60%	
C - Conservação ou recuperação de espécies e habitats prioritários e/ou com estatuto de conservação desfavorável no contexto nacional		100%	0,10
E - Acções com carácter de integração visando, nomeadamente, iniciativas comuns a várias áreas classificadas	E.1 - Acções que englobem diversas tipologias de operações	100%	0,10
G - Acções com carácter de auto-sustentabilidade ou de demonstração	G.1 - Verificação de eco-eficiência (edifícios/infra-estruturas/equipamentos)	12,5%	0,10
	G.2 - Gestão da água	12,5%	
	G.3 - Comunicação e Demonstração	50%	
	G.4 - Valorização dos recursos endógenos e naturais	12,5%	
	G.5 - Qualificação de produtos e serviços de qualquer natureza	12,5%	
H - Acções de âmbito regional ou multi-regional e cujo impacto de execução exiba um valor acrescentado à escala nacional e supra-nacional	H.1 - Âmbito territorial das operações	40%	0,15
	H.2 - Valor acrescentado dos resultados das operações	60%	
I - Acções que resultem de parcerias público-privadas entre a Autoridade		100%	0,05

Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, instituições da administração central e local e organizações privadas;			
J - Acções que agreguem uma dimensão social e económica relevante	J.1 - Carência de espaços naturais (população residente/ solo rural dos concelhos onde se integra a operação)	50%	0,10
	J.2 - Criação de emprego, nº de postos de trabalho no território da operação	25%	
	J.3 - Investimento <i>per capita</i> na área intervencionada €/hab reportado às freguesias do território da operação	25%	

Os critérios são agrupados conforme o Aviso de Abertura de Concurso em três grupos:

A Conservação (critérios B, C e E) pondera a concretização do Regulamento Específico “Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”, através da conservação e recuperação de espécies e habitats e de acções integradas de valorização de áreas da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN).

A Eficácia (critérios A, I e J) pondera a contribuição para os objectivos do PO Regional, categorização de despesas de earmarking, concretização de parcerias e dimensão social e económica das operações.

A Visibilidade (critérios G e H) pondera a projecção de acções e/ou de boas práticas que contribuam para a sustentabilidade dos territórios.

De seguida explicitam-se os critérios, parâmetros e os seus respectivos corolários, permitindo desta forma perceber a variação entre o valor mínimo e valor máximo da pontuação prevista em cada um deles.

A - Contribuição para os objectivos do PO, respectivos indicadores e categorização de despesas earmarking

Este critério tem um peso de 0,15 pontos na fórmula de avaliação de mérito, contribuindo assim de forma relevante para a avaliação da componente Eficácia.

A ponderação deste critério na classificação dos projectos visa avaliar o contributo para a execução dos objectivos de gestão activa das áreas classificadas e espaços de sustentabilidade previstos no PO. É desagregado em 2 parâmetros que contribuem cumulativamente para o cálculo de mérito nos seguintes termos:

A.1 - Natureza das interven es de gestão activa enquadradas nos Planos de Ac o e Execu o dos IGT, ITI ou de outros instrumentos de natureza voluntária, com peso de 0,09 pontos na fórmula.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas interven es de natureza mista constantes dos Planos de Ac o e Execu o dos IGT, ITI e simultaneamente dos Planos de Ac o e Execu o de natureza voluntária. Por oposi o tem o seu mínimo, neste caso igual a zero, quando as interven es de natureza mista não constam dos Planos de Ac o e Execu o dos IGT, ITI ou de outros instrumentos de natureza voluntária.

A.2 - Contributo para despesas de earmarking ao abrigo do código 61 das opera es integradas nas áreas classificadas da RFCN previstas no aviso com peso de 0,06 pontos.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas opera es que contenham um projecto integrado de reabilita o urbana e rural. Por oposi o tem o seu mínimo, neste caso igual a zero, nas opera es que não contenham qualquer projecto de reabilita o urbana ou rural.

B - Contribui o para a promo o da conserva o dos valores naturais em áreas classificadas ou em territórios que interferem directamente com a integridade daquelas áreas e com o estado de conserva o dos valores naturais delas dependentes.

Este   o critério de maior pondera o na fórmula de avalia o de mérito com um peso de 0,25 pontos, contribuindo para a avalia o da componente Conserva o. Uma vez que o presente aviso não inclui os territórios integrados na RNAP e na RN2000, entendeu-se que a melhor forma de operacionalizar este critério seria através de dois parâmetros que privilegiassem:

- a) a localiza o das opera es no espaço rural da Região Norte;
- b) o objecto das opera es, priorizando os estudos e ac es relacionados com a conserva o dos valores naturais (flora, fauna e habitats) e com a protec o dos recursos naturais ( gua, solo, etc.).

Foram assim criados os seguintes parâmetros:

B.1 - Incidência em municípios com pesos distintos de solo rural na área total concelhia, com peso de 0,10 pontos na fórmula.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas opera es localizadas em concelhos que maximizam a % de solo rural. Por oposi o tem o seu mínimo nas opera es localizadas em concelhos mais urbanos com menor % de solo rural.

B.2 - Nível de contributo das acções para a conservação dos valores naturais, com o peso de 0,15 pontos na fórmula.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas operações directas de conservação dos valores naturais (flora, fauna e habitats). Valoriza também acções e estudos directos e indirectos de protecção dos recursos e/ou dos valores naturais. Por oposição tem o seu mínimo, neste caso igual a zero, nas operações cujo objecto não se relaciona com a conservação e/ou protecção dos valores e/ou recursos naturais.

C - Conservação ou recuperação de espécies e habitats prioritários e/ou com estatuto de conservação desfavorável no contexto nacional, com peso de 0,10 pontos na fórmula.

Este critério tem um peso de 0,10 pontos na fórmula de avaliação de mérito contribuindo, assim, de forma relevante para a avaliação da componente Conservação.

Dada a natureza objectiva do critério, entendeu-se não ser necessária a criação de parâmetros, bastando por isso estabelecer a classe de indicadores que priorize a natureza e o objecto das operações.

Corolário: Tem o seu máximo nas operações de natureza material que conservam e/ou recuperam os valores naturais prioritários (ameaçados de extinção). Por oposição tem o seu mínimo, igual a zero, nas operações cujo objecto não se relaciona com a conservação/recuperação dos valores naturais.

E - Acções com carácter de integração visando, nomeadamente, iniciativas comuns a várias áreas classificadas peso de 0,10 pontos na fórmula.

Este critério tem um peso de 0,10 pontos na fórmula de avaliação de mérito contribuindo, assim, de forma relevante para a avaliação da componente Conservação.

A valoração deste critério está associada à polivalência das acções e à amplitude e abrangência territorial, favorecendo as iniciativas em "rede" que integrem diversas tipologias de intervenção.

Foi assim criado o seguinte parâmetro:

E.1 - Acções que englobem diversas tipologias de operações, com peso de 0,10 pontos.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas acções que abrangem 3 ou mais tipologias de operações constantes do ponto 4 do Aviso. Por oposição tem o seu mínimo, neste caso igual a zero, nas acções que não englobem mais do que uma tipologia de operação.

G - A o es com carácter de auto-sustentabilidade ou de demonstra o

Este critério tem um peso de 0,10 pontos na fórmula de avalia o de mérito contribuindo, assim, de forma relevante para a avalia o da componente Visibilidade.

A valoriza o dos projectos, segundo este critério, está relacionada com o grau de auto-sustentabilidade das propostas e o carácter demonstrativo das opera o es. Pretende-se, também, criar uma oportunidade de valorizar componentes de inova o que, sendo ainda pouco frequentes neste tipo de opera o es, possam dar um sinal claro que importa valorizar e que permitam demonstrar caminhos do futuro. Perspectiva-se ainda promover a o es materiais ou imateriais, que assegurem a projec o e informa o sobre os valores naturais locais ou de relevância regional ou nacional, sobre públicos alvo específicos ou abrangência transversal, e ainda a o es práticas e de experimenta o geradoras de mais valias locais e regionais.

Foram assim criados os seguintes parâmetros:

G.1 - Verifica o de eco-eficiência (edifícios/infra-estruturas/equipamentos), com peso de 0,0125 pontos.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas opera o es que demonstram auto-sustentabilidade e/ou excelentes presta o es em sistemas de certifica o de eco-eficiência (Níveis de eficiência energética RCCTE/ RSECE, sistemas e métodos voluntários de certifica o - Lidera, LEED ou BREEAM-) (ver glossário). Por oposi o tem o seu mínimo, igual a zero, nas opera o es cujo objecto não se relaciona com a constru o de edifícios/infra-estruturas/equipamentos ou que não cont m elementos para a verifica o do parâmetro.

G.2 - Gestão da água, com peso de 0,0125 pontos.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas opera o es que prevêem duas ou mais solu o es de gestão eficiente da água (reutiliza o, aproveitamento, armazenamento, etc.). Por oposi o tem o seu mínimo, neste caso igual a zero, nas opera o es cujo objecto não se relaciona com a gestão da água ou que não cont m elementos para a verifica o do parâmetro.

G.3 - Comunica o e Demonstra o, com peso de 0,05 pontos.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas opera o es que cont m a o es específicas de demonstra o (ver glossário). Por oposi o tem o seu mínimo, neste caso igual a zero, nas opera o es que não prevêem a o es de comunica o e/ou de demonstra o e divulga o.

G.4 - Valoriza o dos recursos endógenos e naturais, com o peso de 0,0125 pontos.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas opera es que prevejam a utiliza o e promo o de produtos autóctones (p.e. a certifica o DOP, IGP, ETG, MPI ou MPB, a valoriza o tecnológica e inova o aplicada às fileiras agro-pecuárias/florestais) (ver glossário), contribuindo para o aumento do valor acrescentado no local de produ o. Por oposi o tem o seu mínimo, igual a zero, nas opera es cujo objecto não se relaciona com a valoriza o dos recursos endógenos.

G.5 - Qualifica o de produtos e serviços, com peso de 0,0125 pontos.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas opera es que incluem ac es envolvendo directamente os produtos e serviços certificados e/ou os seus produtores/fornecedores. Por oposi o tem o seu mínimo, igual a zero, nas opera es cujo objecto não se relaciona com a qualifica o de produtos e/ou serviços.

H - Ac es de âmbito regional ou multi-regional e cujo impacto de execu o exiba um valor acrescentado   escala nacional e supra-nacional

Este critério tem um peso de 0,15 pontos na fórmula de avalia o de mérito contribuindo, assim, de forma relevante para a avalia o da componente Visibilidade.

Pretende avaliar a abrangência e projec o dos projectos em termos territoriais e enfatizar aqueles em que se verifique uma incidência e/ou articula o supra municipal, regional ou superior.

Foram assim criados os seguintes parâmetros:

H.1 - âmbito territorial das opera es, com peso de 0,05 pontos.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas opera es de âmbito supra-regional (NUT II ou transfronteiriço). Por oposi o tem o seu mínimo, neste caso igual a zero, nas opera es de âmbito local/municipal.

H.2 - Valor acrescentado dos resultados das opera es, com peso de 0,10 pontos.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas opera es cujo resultado/projec o/efeito ultrapassa o seu território de aplica o e a região NUT II. Por oposi o tem o seu mínimo, neste caso igual a zero, nas opera es que apenas produzem resultados na sua área de incidência, quando esta   local.

I - Acções que resultem de parcerias público-privadas entre Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, instituições da administração central e local e organizações privadas

Este critério tem um peso de 0,05 pontos na fórmula de avaliação de mérito contribuindo, assim, para a avaliação da componente Eficácia.

Este critério pretende avaliar o nível de envolvimento da entidade promotora com a Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade e os diferentes agentes intervenientes na gestão da área territorial a intervencionar, designadamente os Municípios e os agentes de desenvolvimento local, valorizando as operações em parceria, o número de entidades que participam como parceiros e a diversidade de parceiros envolvidos.

Dada a natureza objectiva do critério, entendeu-se não ser necessária a criação de parâmetros, bastando por isso verificar e diferenciar a ocorrência de parcerias público-privadas (ver glossário).

Corolário: Tem o seu máximo nas operações que assentam em parcerias com mais do que 1 tipo de parceiro (p.e. Municípios e associações locais, ICNB, CCDR-N, outras entidades públicas ou privadas). Por oposição tem o seu mínimo, igual a zero, nas operações que não apresentem qualquer parceiro.

J - Acções que agreguem uma dimensão social e económica relevante

Este é um critério de ponderação na fórmula de avaliação de mérito com um peso de 0,10 pontos contribuindo para a avaliação da componente Eficácia.

Pretende-se avaliar o grau de benefício da operação para a qualificação ambiental dos territórios com maior carência de espaços naturais face à maior pressão demográfica, bem como o contributo para a valorização das condições socio-económicas da população residente na área objecto da intervenção. Para esse efeito são valorizadas as operações incidentes nos territórios mais densamente povoados, que maior criação de emprego gerarem e aquelas com maior investimento *per capita*.

Foram assim criados os seguintes parâmetros:

J.1 - Carência de espaços naturais (população residente/solo rural dos concelhos onde se integra a operação), com peso de 0,05 pontos.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas operações localizadas em concelhos que possuam maior densidade populacional por superfície de solo rural (assumida esta superfície

como uma aproxima o   área ocupada pela RFCN). Por oposi o tem o seu mínimo nas opera es localizadas em concelhos de baixa densidade populacional.

J.2 - Cria o de emprego, n  de postos de trabalho no território da opera o, com peso de 0,025 pontos.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas opera es que fomentam a maior cria o de emprego no território da opera o. Por oposi o tem o seu mínimo, neste caso igual a zero, nas opera es que não criem novos postos de trabalho nem assegurem a manuten o dos pré-existentes   opera o.

J.3 - Investimento *per capita* na área intervencionada  /hab reportado às freguesias do território da opera o *, com peso de 0,025 pontos.

Corolário: Este parâmetro tem o seu máximo nas opera es com maior investimento *per capita*, considerando a totalidade da popula o residente nas freguesias abrangidas pela opera o. Por oposi o tem o seu mínimo nas opera es com menor investimento *per capita* nos territórios em que se integra a opera o.

*Sempre que não seja possível, através dos dados fornecidos pelo promotor, identificar a incidência na unidade administrativa freguesia, a pondera o destes parâmetros será reportada   unidade concelho.

GLOSSÁRIO DE TERMOS

Ac oes específicas de demonstra o → são as ac oes de comunica o com uma base material, que permitem um acompanhamento no tempo e uma observa o no espaço da evolu o do objectivo/tema que se pretende demonstrar e que venha a ser adoptado pelo público-alvo. (ex. horta pedagógica)

BREEAM → Building Research Establishment Environmental Assessment Method;

DOP → Denomina o de Origem Protegida

ETG → Especialidade Tradicional Garantida

IGP → Indica o Geográfica Protegida

Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) → Para o efeito consideram-se os Planos Directores Municipais, os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, os Planos Especiais e o Plano de Ordenamento da Orla Costeira;

ITI → Interven es Territoriais Integradas

MPI ou MPB → Modo de Produ o Integrada ou Modo de Produ o Biológica

LEED → Leadership in Energy & Environmental Design;

Parceria Público-Privado → A Parceria deve propor a estrutura organizativa mais adequada   implementa o da opera o, identificando as responsabilidades (físicas e financeiras) e o compromisso de cada parceiro com os objectivos e metas a atingir.

Planos Voluntários → Agendas 21, Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD);

RCCTE → Regulamento das características de comportamento térmico dos edifícios (Decreto-Lei 80/2006, de 4 de Abril);

RSECE → Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatiza o de Edif cios (Decreto-Lei n.  79/2006, de 4 de Abril)